

Saúde sob pressão da Justiça

CEDOC/FRANCISCO STUCKERT/11-11-2007

O novo secretário de Saúde do GDF, Augusto Carvalho, nem bem sentou na cadeira e já começa a sentir a pressão do cargo. Antes mesmo de completar uma semana no Executivo, ele recebeu um termo de recomendação do promotor de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do DF, Jairo Bisol, para devolver equipamentos usados no diagnóstico e tratamento de câncer.

As máquinas estavam cedidas ao Hospital de Base temporariamente porque não estavam sendo utilizadas pelo Hospital Universitário da UnB. Outro representante do Ministério Público, desta vez do Tribunal de Contas da União, não concorda. E pede calma.

O ofício de Bisol é do dia 27 de agosto, seis dias depois da posse do novo secretário. E é contestado pelo Ministério Público do TCU, por meio do procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico, que desmente algumas afirmações de Bisol e ainda ressalta que a devolução dos equipamentos pode prejudicar o atendimento dos pacientes.

Augusto Carvalho também já respondeu a Bisol, explicando que todos os procedimentos para a utilização dos equipamentos foram tomados, embora os prazos exigidos pela legislação para a realização de licitações tenham atrasado o início de operação.

■ Sem utilização

Em sua recomendação, Bisol sustenta que se passaram dez meses da cessão dos equi-

pamentos – prazo contestado pelo TCU, ao lembrar que o equipamento de braquiterapia, o mais importante, ocorreu em 29 de abril de 2008 – e eles continuam “encaixotados, sem a devida utilização” pela Secretaria de Saúde.

O MP do TCU, por sua vez, discorda de Bisol e recomenda cautela. “O assunto deve ser abordado com maior cuidado e profundidade, também em prol do mesmo interesse público”, diz o documento. Tudo porque Bisol afirma que a “habilitação próximo-futura do Cacan-HUB, junto às autoridades sanitárias do Ministério da Saúde, depende da instalação de todos os componentes do sistema indivisível, incluindo os equipamentos cedidos temporariamente à SES-DF por força da decisão do TCU”.

■ Sem reformas

Não é uma recomendação razoável, na visão da Secretaria de Saúde do GDF. Primeiro porque a decisão do TCU de transferir os equipamentos para o Hospital de Base condiciona a cessão temporária dos citados equipamentos até que o cedente (Hospital Universitário) possa recebê-los para o pleno funcionamento. E as reformas necessárias para a instalação das máquinas não estão concluídas, até porque a adaptação do local depende da aquisição de peça necessária ao funcionamento do elevador e compra do próprio elevador.

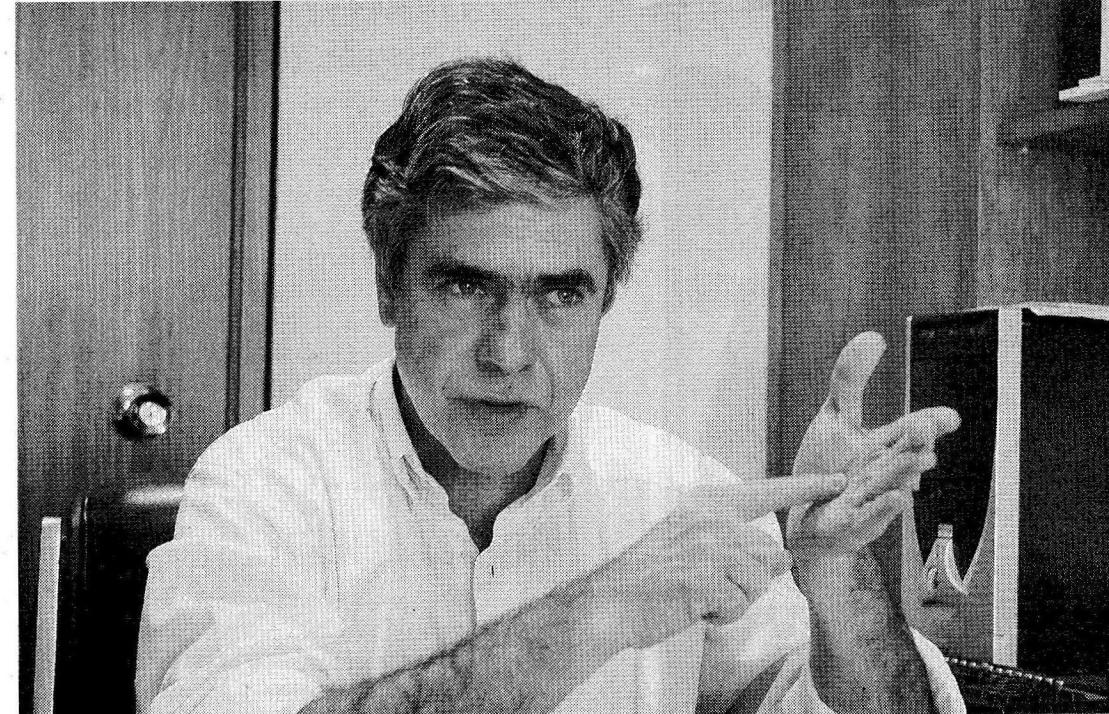
O MP do TCU lembra que não houve sequer o concurso público para a contratação de pessoal. O Secretário Augusto

Carvalho, em sua correspondência, informa que a transferência dos equipamentos nem chegou a ser completada. “Desse equipamento informo que, aqueles destinados à teleterapia, qual sejam, acelerador nuclear e acessórios, permanecem no Hospital Universitário e até a data de hoje, ainda não foram instalados, passados quatro anos do pré-citado Protocolo de Mútua Cooperação. Vale ressaltar que esses equipamentos são modernos e que no Distrito Federal existe apenas um conjunto similar instalado e em funcionamento no Hospital de Base”.

“Tal equipamento”, continua o secretário, “indicado para a radioterapia, tem capacidade de atendimento diário de até 75 pacientes e representa em termos financeiros 70% do total de equipamentos adquiridos pelo Instituto Nacional do Câncer”, explica.

Carvalho diz que dentre os equipamentos cedidos à Secretaria há um destinado a braquiterapia de alta taxa de dose, transferido e instalado no Hospital de Base depois de realizada a reforma para adaptações do ambiente, de acordo com as exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Somente a partir de agosto passado que o Hospital de Base recebeu autorização para importar a fonte radioativa, indispensável para a utilização do equipamento. “A partir de então, o processo de importação foi iniciado e demanda um prazo de mais ou menos 60 dias para sua conclusão”, lembra Carvalho.



■ AUGUSTO CARVALHO DIZ QUE PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS FORAM ADOTADOS